

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Simões, Alberto da Veiga (Arganil, 1888 - Paris, 1954)

Foi em dezembro que Alberto da Veiga Simões nasceu, a 16. Ainda no século XIX, em 1888. Dezembro virá a ser igualmente o mês em que se despedirá deste mundo, no dia 1. Já na segunda metade do século XX, em 1954. Não chegou, por conseguinte, a completar 66 anos. Filho único de uma família respeitada, de grandes proprietários, em Arganil. O pai, António José Simões, a par da sua atividade principal, como escrivão notário, foi secretário da Santa Casa durante vários anos, a mãe, Guilhermina Alves da Veiga, dedicou o melhor do seu tempo à família. Aqui viu os primeiros raios de luz. Aqui descansará para sempre, no cemitério local. Após mais de uma década (auto)exilado na capital francesa. Depois de concluir a instrução primária em Arganil, os pais matricularam-no no Liceu Central de Coimbra. A sua fortuna permitia-o. A inteligência do filho recomendava-o. Os primeiros cinco anos ter-lhes-ão sido particularmente gratos. Veiga Simões primou pelas boas classificações. O ano letivo de 1903-1904 marcará, todavia, e para sempre, a mudança na sua vida académica. Matérias bem diversas, das que se encontravam nos manuais, e propósitos igualmente distintos, dos que os professores recomendavam, passaram a interessá-lo. Ou desinteressá-lo. A literatura, em geral, a poesia, em particular. Tudo passível de vir a ser editado. Se os professores não admiraram os seus devaneios, reprovando-o, «por falta de média», já os colegas elegeram-no, para os representar, quer no interior do próprio liceu, na direção da Filantrópica, quer junto das autoridades nacionais, na contestação à reforma do ensino secundário então em vigor. Quanto aos pais, receosos por tamanha dispersão, transferiram-no para um outro liceu, numa cidade supostamente mais pacata, Viseu. Na esperança de que a distância o acalmasse e redirecionasse no sentido dos compêndios escolares. Em vão! O seu ímpeto jamais se aquietará e os seus múltiplos interesses ultrapassarão, sempre, quaisquer currículos oficiais. Mesmo assim, não voltou a reprovar. E até teve tempo para compor e publicar o seu primeiro trabalho historiográfico. Uma monografia sobre Arganil – na *Ilustração Portuguesa*, 1906. Ainda não completara 18 anos. A maioria levou-o de regresso à Lusa-Atenas. Ao convívio com alguns dos antigos condiscípulos. Ao afastamento de outros. Ao estabelecimento de novas amizades. Desde que não comprometessem a aprovação em cada um dos cinco anos do Curso de Direito no qual se matriculou. Tê-lo-ão advertido os pais. E foi assim que o ecletismo de Veiga Simões se pôde espriar pelas mais variadas revistas, de índole crítica e literária, ora



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

editadas por si próprio, ora por outros – *No Circo*, 1906, *Serões*, 2.^a série, 1909, *A Farça*, 1909-1910, *A Águia*, 1.^a série, 1910-1911 e 2.^a série, 1912, e *A Rajada*, 1912 –, ou por géneros tão díspares como o conto, o ensaio, a escrita memorialista e o teatro – *Nitockris*, 1908, *A Nova Geração. Estudo sobre as tendências actuais da literatura portuguesa*, 1911, *Elegia da Lenda. Livro das Saudades*, 1912, e *Sombras*, 1912. Sempre com independência. Genialidade, dirão os admiradores. Altivez, contrariarão os críticos.

Ainda antes de obter o diploma de bacharel, passou por Londres, onde exerceu o cargo de adido, na respetiva legação portuguesa. Entre junho e setembro de 1911. Por intermédio de Teófilo Braga. Com a anuência de Bernardino Machado. O primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da República. O regime pelo qual sempre se bateu. Porquanto, e acima de tudo, foi republicano. Concluída a licenciatura, em novembro de 1911, estabeleceu-se como advogado, em Arganil. Mais para satisfazer os pais do que por vocação própria. Discordando do rumo da política de Afonso Costa, afastou-se do Partido Republicano Português. Identificando-se com as propostas de António José de Almeida, aproximou-se do Partido Republicano Evolucionista. Combateu o primeiro e apoiou o segundo através da imprensa. Na vila natal, nas colunas de *A Comarca de Arganil*, onde assinou artigos de opinião, em 1913, no *Jornal de Arganil*, que fundou e dirigiu, entre 1913 e 1915, em Coimbra, no *Diário de Coimbra*, no qual desempenhou o cargo de «redator em chefe», em 1913, e por fim, em Lisboa, no *República*, do qual foi «redator político», entre 1913 e 1915. Desiludido com o evolucionismo, arredou-se da política. Não obstante haver fundado e dirigido mais um jornal, o *Correio de Arganil*, este assumiu já um carácter independente. Através do concurso para terceiros secretários de legação, cónsules de 3.^a classe e terceiros oficiais, realizado em 1915, logrou entrar para os quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Onde se conservará durante trinta e um anos. Com muitos momentos de glória. E não menos dissabores. Começando como cónsul de 3.^a classe, foi colocado em Manaus. Partirá em 1916, já casado, com Maria Antónia de Campos Amaral, filha de abastados comerciantes enriquecidos no Brasil. O seu desempenho valeu-lhe a promoção, a cónsul de 2.^a classe, e conseqüente colocação no Pará, em 1918. Apesar de não haver chegado a ocupar este posto, os seus superiores hierárquicos mais próximos continuaram a apostar nele, elevando-o ao topo da carreira consular e colocando-o em Cristiânia [Oslo], em 1919. As suas qualidades, mormente no tratamento das matérias económicas, estariam a ser subaproveitadas na atividade meramente consular, recomendando-o antes para a carreira diplomática, propriamente dita. Não admirou, por conseguinte, ter sido promovido a ministro plenipotenciário de 2.^a classe, e colocado em Viena, em 1921. E convidado por Manuel Maria Coelho, chefe do famigerado golpe de 19 de outubro, para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, nesse mesmo ano. Assim o pensaram os que nele confiavam. Assim o lamentaram os que dele se distanciavam. Abraçou a pasta com denodo. Empenhado em reformar profundamente o Ministério, dotando-o dos mecanismos necessários para fazer dele o «fiel da balança económica». Fê-lo em apenas cinquenta e nove dias, através do Decreto de 12.12.1921. Pouco antes de completar o seu trigésimo terceiro aniversário. Não obstante o governo que se seguiu haver suspenso a execução da reforma, esta haverá de vir a inspirar outros ocupantes do Palácio das Necessidades. Entre



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1922 e 1924, esteve em Berlim. Se aqueles que o admiravam continuaram a aplaudir a sua ação, fruto dos acordos comerciais por si negociados e alcançados, aqueles que o desdenhavam aproveitaram todos os pretextos para miná-la, conspirando o primeiro processo disciplinar contra si. Enquanto procurava defender-se, ainda se deixou seduzir por mais uma nova proposta partidária republicana. A do Partido Republicano Radical, cujo Diretório presidiu, em 1925. Arquivado o processo disciplinar que lhe foi movido, abandonou, em definitivo, a atividade partidária. Os anos que se seguiram foram passados entre Praga, Viena e Budapeste, de 1926 a 1933. Enquanto os que reconheciam a sua valia se lhe mantiveram fiéis, os que pretendiam denegri-lo usaram, de novo, todos os expedientes para que lhe fossem movidos mais dois processos disciplinares. Em 1933, o presidente do Conselho, então mais sensível às suas qualidades diplomáticas do que às suas convicções políticas, anuiu na sua promoção a ministro de 1.^a classe e consequente colocação em Berlim. Até 1940. Neste ano, em junho, a iminência da invasão das tropas alemãs constrangeu-o a repensar a sua decisão. Veiga Simões foi colocado na disponibilidade. Por haver protelado a sua saída da capital alemã, para além de mais um processo disciplinar, foi condenado a dois anos de inatividade, sem vencimento. Em 1946, ainda lhe ofereceram uma colocação na China. Um presente envenenado. Uma despromoção para um diplomata de carreira firmada na Europa. Retardando a ida para o Oriente, foi pura e simplesmente demitido. Recorreu. Mas os juízes do Supremo Tribunal Administrativo não lhe fizeram justiça.

Se a estada em Praga, Viena e Budapeste, concluídos que foram os acordos financeiros e comerciais com a Áustria e com a Hungria, se transformou num demorado compasso de espera, até nova nomeação diplomática, proporcionou-lhe a disponibilidade, em termos de tempo, para poder aprofundar o seu interesse pelas coisas da História. Leu muito. Muitíssimo, aliás. O que havia de mais recente na produção historiográfica do momento. Fossem historiadores portugueses. Fossem historiadores estrangeiros. Quer aqueles com os quais se identificava, para os elogiar. Quer aqueles outros dos quais se demarcava, para rebater as suas teses. Mas não descurou as fontes. Mormente nos centros europeus pelos quais deambulava. Onde teve acesso a riquíssima documentação original. Onde foi reconhecido pelas suas análises. Do presente. Como do passado. Em Lisboa, os sucessivos titulares da pasta dos Negócios Estrangeiros foram recebendo pedidos de autorização para poder responder aos convites que lhe iam sendo endereçados. Em 1929, conferenciou na Sorbonne, sobre a França e Portugal durante a Guerra dos Cem Anos. Infelizmente, contudo, este é um dos seus textos que não foi localizado. Em 1931, por ocasião da realização do Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Budapeste, para além de ter sido escolhido como delegado português, foi igualmente nomeado como vice-presidente da “Comissão das Grandes Descobertas”. Ter-se-á debruçado sobre as viagens marítimas para Ocidente anteriores a Colombo. Outra intervenção, no entanto, que se desconhece. Neste mesmo ano, na Academia de Direito Internacional da Haia, o público que aí se deslocou pôde ouvi-lo dissertar sobre questões hodiernas, mais propriamente as novas orientações da política económica internacional. O resultado deste curso, para satisfação de todos quantos se interessam pela economia, ainda



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pode ser lido – *Les nouvelles orientations de la politique économique internationale*, 1932. Um ano depois, no Instituto de Altos Estudos Diplomáticos de Bruxelas, foi a vez do respetivo auditório ouvi-lo, em francês, sobre as relações entre Portugal e a Flandres no alvorecer da era capitalista. Também esta conferência, para gáudio dos que apreciam a sua escrita da História, continua a poder ser lida, quer na sua versão original, quer em português – *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*, 1933 ou “A Flandres, Portugal e os primórdios do capitalismo moderno”, 2004. Nesta palestra, Veiga Simões procurou destacar o contributo de Portugal e da Flandres no lançamento das bases da modernidade, no que à economia dizia respeito. No século XIV, as cidades italianas, que até então abasteciam a Europa, dos produtos orientais, através do Mediterrâneo, viram-se obrigadas a rumar ao Atlântico, passando a usar as rotas desde há muito inauguradas pelos comerciantes portugueses nas suas trocas com a Flandres. Também as instituições de direito comercial e marítimo, criadas e desenvolvidas pelos monarcas lusos, com particular destaque para D. Dinis e D. Fernando, passaram a ser adotadas pelos demais mercadores. Se «a formação histórica de todas as nacionalidades é o resultado da sua geografia» (*A Flandres...*, 2004, p. 32), Portugal não poderia ser exceção. Na foz dos grandes rios nasceram os aglomerados urbanos de maior amplitude. Quanto à produção do respetivo *hinterland*, ao invés de pender para o interior da Península, tendia naturalmente para os portos marítimos. O mar foi, por conseguinte, o nosso destino natural. E histórico. Aqui chegados, não eram tanto as águas do Mediterrâneo que estes produtos sulcavam mas mais as do Atlântico. No sentido do Norte, nomeadamente da Flandres. Tratava-se de um comércio regular. Produtos da terra, como as uvas, o vinho, o azeite, os figos, o mel e a cera, ou o sal marinho, ou objetos da pequena indústria doméstica. Primeiro comércio local. Depois nacional. Porquanto este país, cedo transformado em unidade política, cedo se assumiu, também, como unidade económica. Um país cujos reis selaram os interesses dos mercadores das suas cidades, ou os seus próprios interesses, com as sucessivas uniões matrimoniais firmadas entre a sua descendência e destacadas personalidades da Europa do Norte. A mudança de mares, ou de rotas, ocorrida no século XIV, verificou-se por diversas razões. Porque a Guerra dos Cem Anos arruinara as grandes feiras do velho continente, até essa altura centros de distribuição dos produtos orientais transportados pelos italianos. Porque os otomanos deixaram de se contentar com o território ao qual estavam inicialmente confinados, expandindo-se para o Mediterrâneo. Esta mudança irá operar-se praticamente ao mesmo tempo da preparação da conquista de Ceuta. Empreendimento levado a cabo por um «rei imposto por uma burguesia que era a expressão económica da nação» (*Idem*, 2004, p. 53). Estávamos no dealbar de uma nova era: «O momento em que Portugal prepara a sua esquadra para a conquista de Ceuta fecha a idade iniciada pela destruição definitiva da organização romana, e abre para o mundo a Idade Moderna do capitalismo e dos nacionalismos económicos» (*Idem*, 2004, p. 51). As cidades do Norte da Europa irão passar a ser os novos centros de redistribuição pelos mercados do interior. Após os respetivos transportadores atracarem nos portos nacionais. «Sob o impulso inicial da pequena nação portuguesa, primeiro pela sua própria produção, em seguida pela das suas novas terras, assim como pelo transporte de mercadorias preciosas do Oriente, o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mundo saiu dos horizontes herdados do Império Romano e fez do Atlântico o *Mare Nostrum* dos tempos modernos» (*Idem*, 2004, p. 63). Henri Pirenne, «glória da ciência histórica» dos anos trinta, assim o considerava Veiga Simões, foi o historiador mais encomiasticamente citado por si. M. Goris, outro historiador belga, também foi bastas vezes evocado. Ao identificar-se com Jaime Cortesão, na «solidariedade existente entre a ação da economia portuguesa destinada a dominar o estreito e as cidades da Flandres», não deixou de o nomear (*Idem*, 2004, p. 51). Já outros, cultores de uma «história de vistas curtas», foram-no só implicitamente. Por deles se distanciar, mormente no que se referia aos efeitos da denominada «política de transporte» sobre a produção nacional.

Em 1937, quando Veiga Simões representava já os interesses de Portugal em Berlim, os organizadores do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo entenderam que ele não podia ficar arredado da iniciativa. Ou as suas reflexões. Deste convite resultaram dois importantíssimos estudos: “Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista” e “O Infante D. Henrique – o seu tempo e a sua ação”. Não obstante o primeiro título ter sido publicado após o segundo, o certo é que a sua redação é anterior. Donde, faz sentido que a ordem apresentada seja esta e não a da publicação de cada um. Os cinco anos que mediaram entre a conferência em Bruxelas e o presente desafio permitiram a Veiga Simões depurar ideias com as quais começara por se identificar, amadurecer teses antes somente afloradas e apresentar novas leituras para velhas questões. Desde logo, no que tocava à definição territorial do reino portugalense. Esta deixa de ser compreendida dentro duma moldura geográfica limitada, só podendo ser abrangida desde que analisada no vasto quadro europeu. «Portugal é assim o resultado de dois fatores simultâneos, um peninsular, outro de ordem geral: 1) a desagregação do império leonês nos cinco reinos peninsulares; 2) a reabertura do comércio a distância pelas cruzadas, que lhe deu assento à atividade económica e lhe moldou as diretrizes políticas» (*Portugal...*, 2004, p. 87). Os dois últimos séculos da Idade Média, na Europa, ficaram marcados pela «ânsia do ouro». O avanço muçulmano provocara a perda de contacto com as regiões auríferas do centro africano. A produção europeia mostrava-se escassa face à procura. No último terço do século XIV, a depressão económica que se abatera sobre o velho continente contagiava Portugal. Exatamente quando aqui se estava a formar a sociedade de Avis. «Assim, o problema português, nos começos do século XV assume três aspetos: carência de rendas para a nobreza por estreiteza das terras e impossibilidade de as fazer produzir mais; carência de território, em que o espírito neofeudal dessa nobreza se pudesse expandir; e, sobrelevando a tudo, o predomínio das cidades em que o rei, logicamente, apoiara a vida económica e social do reino; carência de instrumento monetário de troca a distância capaz de vivificar pela sua entrada na economia una a depressão em que ela sufocava e de restituir a essa economia forças próprias com que sobrelevar a crise» (*Idem...*, 2004, pp. 96 e 97). A ação política e económica do governo de D. João I vinha sendo tratada destacando figuras. Havia que despersonalizar a História. A nossa História. Não podíamos continuar a alhear-nos do «drama económico e social que ele tinha de dominar». Foi neste contexto que D. João I lançou os olhos para Ceuta. Porquê esta cidade? Em não pequena parte, por sugestão dos mercadores



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

genoveses que viviam em Lisboa. Génova terá sido o mais decidido e o mais discreto aliado com o qual o rei pôde contar. «Ceuta era o termo de uma asfixia, o ponto de partida e o instrumento duma rota nova de riqueza, senão da própria riqueza. Todos se precipitaram messianicamente para a empresa, rei, infantes, mercadores, financeiros, nobres; e até o medieval Nun'Álvares» (*Idem...*, 2004, pp. 102 e 103). Os progressos alcançados pela História da Economia, nas primeiras décadas do século XX, permitiram a Veiga Simões ler com outros olhos a História dos séculos XIV e XV. Sombart, Simiand, Mitchell e Kondratiev foram apenas alguns dos muitos que o auxiliaram nessa (re)leitura.

No estudo dedicado ao Infante D. Henrique, Veiga Simões começa por desconstruir o retrato traçado por Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Guiné*, reforçado depois pela Renascença, fosse através da historiografia, fosse através da epopeia. Para conhecermos verdadeiramente o Infante, havia que libertá-lo, quer do «primitivismo do seu cronista», quer dos «ouropéis humanistas que o ergueram a condutor dum século». Partindo do conceito de geração, mercê dos trabalhos de Wechsler e Pinder, é-nos explicado o caldo cultural no qual Zurara bebeu e que fez do Infante o «supremo coordenador do seu tempo». No fundo, o mesmo «homem isolado que a épica e a história de Quinhentos depois fundiram em bronze», transformando o século XV no «século do Infante». Também o seu propalado cruzadismo é posto em causa. Tal como o da própria nação. Ou da Península. Em suma: «Atribuir a nossa ação nas conquistas e descobertas ao *espírito de cruzado* do infante seria personalizar num póstumo soldado da fé a atividade dum povo. A ser assim, tudo seria obra do misticismo dum homem que o seu país cegamente seguia. Ora o país contava para alguma coisa. A ação do infante pôde mesmo realizar-se porque era nacional, e englobava afinal em si os interesses díspares das classes, da que representava a riqueza imóvel da terra e das que detinham a riqueza móvel do dinheiro e do tráfego» (*O Infante D. Henrique...*, 2004, p. 140). Neste trabalho, Veiga Simões procurou aprofundar de tal modo as suas teses, profusamente acompanhadas por detalhadas notas de rodapé, reveladoras da vastíssima bibliografia de que se socorrera, nacional e estrangeira, desde os títulos mais tradicionais e consensuais aos mais recentes e originais, que o número de páginas ultrapassou em muito o espaço que a Direção da *História da Expansão Portuguesa no Mundo* lhe destinara. Por esta razão, a última parte, nomeadamente os parágrafos dedicados ao papel do Infante D. Pedro nos Descobrimentos, teve que ser resumida. Quando, em setembro de 1428, o duque de Coimbra regressa a Portugal, depois de percorrer a Europa, viria outro. Partira «um grande *senhor medieval*», retornava «um *homem moderno*». Opondo-se à prossecução da política de conquista do Norte de África, preconizava a da busca do ouro e do tráfego. De modo a que os navios, ao avançarem sobre a costa, de lá trouxessem a mão de obra de que as terras precisavam, o metal por todos tão cobiçado, as especiarias que o continente oferecia e, finalmente, «cumprindo o périplo de África», pudessem atingir a Índia por mar. Ou seja, exatamente o rumo que as nossas caravelas tomaram. Comparativamente: «O regente era o homem que abandonara atrás de si a armadura medieval com que partira do reino e vestira o gibão moderno. D. Henrique era o cavaleiro que, sem desafivelar a cota de malha, dormindo com ela, como um cilício, se vestira de mercador e mareante, pronto a deixar cair



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a veste quando dela não carecesse para si e sua gente, ressurgindo vestido de aço, a lança ao alto, o ginete axadrezado para o grande torneio com o moderníssimo» (*O Infante D. Henrique...*, 2004, p. 164). Em conclusão: «O Mago perscrutador do *Outono da Idade Média*, Huizinga, formulou esta regra: neste tempo, mais do que em nenhum outro, os grandes acontecimentos históricos não resultam da vontade dos homens, nem são por eles preparados. Homem da velha meia-idade, amando-a e visionando o regresso a ela, o Infante D. Henrique foi, afinal, sem o querer, um dos maiores construtores do mundo moderno» (*Ibidem*).

Nos últimos anos de vida, em Paris, Veiga Simões, não obstante os sucessivos problemas de saúde que o foram debilitando, bem assim à sua mulher, agravados pelo ostracismo a que fora votado pelo MNE, ainda encontrou forças para voltar a dedicar o melhor do seu tempo à escrita da História. Particularmente dos primórdios da nacionalidade. Aos amigos que com ele continuavam a corresponder-se, e com ele partilhavam o gosto pelo estudo do passado, dava conta dos diversos projetos que tinha em mãos. Os amigos que ainda o visitavam, viram-nos com os seus próprios olhos, tiveram-nos nas suas próprias mãos. Alguns ainda manuscritos. Mas outros já em letra de forma. Como o volume dedicado ao Infante das Sete Partidas. João Alves das Neves foi um desses amigos. Um dos que, após a sua morte, mais deplorou o desaparecimento, envolto em mistério, de todo esse labor. Tão afincada e pacientemente construído ao longo de décadas. Entre a Europa e o Brasil. «Ora a sua não publicação prejudica irremediavelmente o estudo do Portugal quatrocentista e seus antecedentes.» Assim o escreveu Vitorino Magalhães Godinho, um dos poucos historiadores que sempre se conservou fiel ao seu legado (“Alberto da Veiga Simões”..., 1990, p. 591). Um legado que urge redescobrir porquanto: «Para além de todas as metáforas, ele foi um meteoro a rasgar o céu de uma historiografia estivada e amorfa, tal qual se fazia nos anos 20 e 30, e os seus ensaios sobre a História passam perto de um António Sérgio, de um Jaime Cortesão, de um Duarte Leite, mesmo de um João Lúcio de Azevedo, o que quer dizer que saíram da sua pena e da sua inteligência algumas das mais profundas e bem estruturadas propostas para a leitura da nossa vida coletiva.» Escreveu-o um outro historiador, Marques de Almeida, um dos seus melhores leitores e maiores admiradores (*Estudos de História...*, 2004, p. 14).

Bibliografia ativa: *A crise europeia e os problemas actuais da política comercial portuguesa*, Lisboa, Sociedade Gráfica Editorial, 1930; *A Nova Geração. Estudo sobre as tendências actuais da literatura portuguesa*, Coimbra, T. França Amado, Editor, 1911; “Arganil”, *Ilustração Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 10.12.1906, pp. 601-606; *Elegia da Lenda. Livro das Saudades*, Porto, Magalhães & Moniz, Lt^a-Editores, 1912; *Interesses portugueses na Amazónia*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1917; *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1933 e, mais recentemente, “A Flandres, Portugal e os primórdios do capitalismo moderno”, *Estudos de História* (edição e apresentação de A. A. Marques de Almeida), trad. de Miriam Kelly, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 31-66; *Les nouvelles orientations de la politique économique internationale*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1932; *Nitockris*, Coimbra, França Amado, Editor, 1908; “O Infante D. Henrique – o seu tempo

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e a sua acção”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 311-356 e, mais recentemente, *Estudos de História*, cit., pp. 107-164; *Para uma nova política comercial*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1933; “Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista”, *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, Ministério das Colónias, 1938, pp. 231-277 e, mais recentemente, *Estudos de História*, cit., pp. 67-106.

Bibliografia passiva: GODINHO, Vitorino Magalhães, “Alberto da Veiga Simões”, *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 590 e 591; MADEIRA, Lina Alves, “Alberto da Veiga Simões (1888-1954)”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, (coord. Maria Fernanda Rollo), vol. III: N-Z, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 853-856; Idem, “Alberto da Veiga Simões e os refugiados judeus em Portugal: «O paradigma da ambivalência?»”, *Arganília*, III Série, n.º 26, 2013, pp. 74-111; Idem, *Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002; Idem, “Alberto da Veiga Simões: um legado que urge redescobrir”, *Ipsis Verbis*, n.º 6, Maio de 2013, pp. 24-27; Idem (introdução, seleção e organização), *Correspondência de um diplomata no III Reich. Veiga Simões: ministro acreditado em Berlim de 1933 a 1940*, Coimbra, Mar da Palavra, 2005; NEVES, João Alves das, *Veiga Simões. Vida e obra*, Arganil, Edição da Câmara Municipal de Arganil, 1988; REIS, Luís da Câmara, “Ontem e hoje – Veiga Simões I”, *Seara Nova*, ano XXXVI, n.º 1329/30, Lisboa, novembro/dezembro de 1956, pp. 22-24 e, mais recentemente, *Estudos de História*, cit., pp. 17-21; Idem, “Ontem e hoje – Veiga Simões II”, *Seara Nova*, ano XXXVI, n.º 1337/38, Lisboa, maio de 1957, pp. 126-128 e, mais recentemente, *Estudos de História*, cit., pp. 22-28.

Lina Alves Madeira